

**A TRANSFERÊNCIA DE VALOR NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO DO
SÉCULO XXI**

**LA TRANSFERENCIA DE VALOR EN EL CAPITALISMO DEPENDIENTE BRASILEÑO
DEL SIGLO XXI**

**THE VALUE TRANSFER IN THE BRAZILIAN DEPENDENT CAPITALISM OF THE
21ST CENTURY**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i2.52864>

Diógenes Moura Breda¹

Marco Antônio Martins da Rocha²

Resumo: O artigo busca recuperar a categoria transferência de valor, central na teoria marxista da dependência. Esta recuperação se realiza por meio de uma revisão crítica das contribuições sobre o tema e através da medição dos fluxos de transferência do Brasil para o exterior durante os anos de 2003-2015. Os dados mostram que até 2011 houve uma queda nas transferências, devido ao aumento da quantidade e do preço das exportações, lançando as bases para uma relativa contenção da superexploração. Com a inversão do ciclo econômico, observa-se um aumento nas transferências, sendo esse um dos elementos que explicam a crise política que se abre a partir de 2013.

Palavras-chave: Transferência de valor. Imperialismo. Teoria da dependência. Economia brasileira. Comércio Internacional.

Resumen: El artículo recupera la categoría transferencia de valor, central en la teoría marxista de la dependencia. Esta recuperación se lleva a cabo a través de una revisión crítica de las contribuciones sobre el tema y a través de la medición de los flujos de transferencia de Brasil al exterior durante los años 2003-2015. Los datos muestran que hasta 2011 se produjo un descenso de las transferencias, debido al aumento de la cantidad y el precio de las exportaciones, sentando las bases para una relativa contención de la superexplotación. Con la inversión del ciclo económico, se observa un aumento de las transferencias, siendo este uno de los elementos que explican la crisis política que se abre a partir de 2013.

Palabras clave: Transferencia de valor. El imperialismo. Teoría de la dependencia. Economía brasileña. Comercio internacional.

Abstract: The article seeks to recover the category of value transfer, central to marxist dependency theory. This recovery is conducted by a critical review of contributions on the subject and through the measurement of transfer flows from Brazil to abroad during the years 2003-2015. The data show that until 2011 there was a drop in transfers, due to the increase in the quantity and price of exports, laying the foundation for a relative contention of super-exploitation. With the reversal of the economic cycle, an increase in transfers is observed, and this is one of the elements that explain the political crisis that opens from 2013.

Keywords: Value transfer. Imperialism. Dependency theory. Brazilian economy. International trade.

Introdução

Hoje restrita a pequenos círculos de pesquisadores, o estudo sobre as transferências de valor na economia mundial em desfavor das economias periféricas já foi objeto de consideração por movimentos e partidos de esquerda durante o século XX, sobretudo na América Latina e na África. A questão da transferência esteve em reflexões e programas políticos e foi considerado um dos pilares fundamentais do subdesenvolvimento e da dependência, a serem superados por um processo de transformação radical das relações de produção. Fidel Castro, por exemplo, ocupou-se da questão da troca *desigual* em diversas ocasiões.³ No Brasil, o trabalhista Leonel Brizola denunciou o *processo espoliativo* e as *perdas internacionais* ao longo de sua trajetória política.⁴ A mesma imputação, implícita ou explícita, está presente em discursos de líderes revolucionários e nacionalistas africanos.⁵

Tais manifestações públicas refletiam o espírito de um tempo em que as tarefas de libertação nacional exigiam a reflexão teórica sobre os determinantes da dependência e sobre a construção de saídas à opressão imperialista nos países subdesenvolvidos. Entre as reflexões da época, a questão das desigualdades nas relações internacionais foi tratada a partir de diversos referenciais teóricos, mas foi no marxismo – incluída, aqui, a teoria marxista da dependência – onde ela encontrou sua formulação mais refinada.⁶

O momento atual brasileiro e latino-americano é distinto; em grande medida, oposto àquele da segunda metade do século passado. Contudo, acreditamos que a aproximação teórica e empírica à transferência de valor pode nos auxiliar a pensar sobre os caminhos trilhados pelo Brasil nas últimas décadas. Em especial, daremos ênfase ao ciclo de expansão da economia brasileira pós-2003 e a subsequente crise que se abre a partir de 2015.

A primeira década dos 2000 na América Latina foi um desafio para a esquerda, sobretudo para os/as acadêmicos/as que analisavam países onde governos prometiam mais soberania e combate às desigualdades históricas, porém sem romper os fundamentos do modelo dependente em sua forma neoliberal. O Brasil foi o caso paradigmático dessa aposta: a manutenção de taxas de crescimento superiores às da década de 1990 – apesar de menores que as de outras épocas, a maior capacidade de responder a demandas sociais históricas, e a política exterior mais próxima aos vizinhos latino-americanos e a outros países periféricos exerceram tamanha influência sobre o pensamento da esquerda nacional que o discurso dependentista, apesar de ganhar espaço no âmbito acadêmico, gozou de pouca influência no campo político. O esgotamento do ciclo econômico brasileiro a partir de 2015 abriu um campo de reflexão sobre as razões dessa virada.

No âmbito político, esse período compreende os quatro mandatos do Partido dos Trabalhadores à frente do Executivo Federal, sendo que o último deles, o segundo mandato de Dilma Rousseff, foi interrompido por um processo de impedimento – um golpe parlamentar, de fato – que abriu caminho para um aprofundamento do programa de ajuste fiscal, das privatizações e dos ataques à classe trabalhadora. A continuidade desse processo assume atualmente um caráter dramático no governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, que, ao ser o responsável pelo enfrentamento (sic) da pandemia do coronavírus, soma, aos

milhões de brasileiros desempregados em situação de pobreza extrema, milhares de mortes evitáveis. Um verdadeiro genocídio.

A transferência de valor e suas formas

As formulações críticas iniciais a respeito das desigualdades no comércio internacional apareceram como questionamentos às teorias clássicas do desenvolvimento. Os ensaios de Prebisch e de Singer foram o ponto de partida da refutação aberta à premissa fundamental daquelas teorias: a de que os frutos do progresso técnico, restritos aos países centrais, tenderiam, ao longo do tempo, a ser repartidos equitativamente entre toda as nações, seja através da queda dos preços do produtos manufaturados, seja através da elevação das remunerações dos fatores. Neste esquema, os países periféricos obteriam seu quinhão por meio do comércio exterior. Não precisariam se industrializar, e até seria pior caso o fizessem, devido à menor eficiência de suas produções industriais em comparação à indústria dos países centrais (PREBISCH, 2011a, p. 95). Prebisch, porém, observou que os frutos do progresso técnico não chegavam à periferia do sistema capitalista; ao contrário, a tendência era sua maior concentração nos países centrais (PREBISCH, [1949] 2011a, p. 96). A ideia de que os produtos manufaturados levavam vantagem em relação aos produtos primários nas trocas internacionais e que, além disso, a indústria era a propulsora e coordenadora da produção capitalista como um todo, resultaram na proposta política da industrialização dos países periféricos como plataforma de superação do subdesenvolvimento (PREBISCH, [1949] 2011b, p. 204). Finalmente, a interpretação da questão dos salários na periferia como sendo resultado de uma dualidade estrutural certamente foi insuficiente, mas abriu um flanco de debates que será fundamental, posteriormente, para os teóricos marxistas (PREBISCH, [1950] 2011b, p. 212).

No campo marxista, o primeiro esforço sistemático de crítica às teorias do comércio internacional, assim como às insuficiências das teorias da CEPAL, veio à luz com a obra de Arghiri Emmanuel ([1969] 1972), *A troca desigual*, de 1969, seguida de contribuições, na Europa, de Charles Bettelheim (EMMANUEL et. al., 1978), Samir Amin ([1973] 1977a; [1971] 1977b), Ernst Mandel ([1972] 1982) e Anwar Shaikh (1980), principalmente. Na América Latina, Ruy Mauro Marini ([1973] 1974; [1979] 2012; [1978] 2008; [1996] 2000) e Reinaldo Carcanholo (1981; 2013) também formularam no mesmo sentido e, mais recentemente, Breda (2020), Luce (2018), Osorio (2018), Leite (2017) e Smith (2016) apresentaram novas contribuições no campo da teoria marxista da dependência. A partir de outra tradição teórica, a dos estudos sobre o capital monopolista, Paul Baran e Paul Sweezy ([1966] 1988), intervieram no debate por meio de estudos que foram, por sua vez, o ponto de partida para as contribuições, na América Latina, de Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1971), Theotonio dos Santos ([1978], 2011) e, mais recentemente, de Treacy (2015) e Salgado (2008).

Não temos espaço neste breve texto para resenhar o debate e as polêmicas sobre a transferência de valor e suas formas, e, muito menos, de buscar na obra de Marx as peças que sustentam esta polêmica. Procederemos a uma síntese dos mecanismos da transferência de valor a partir dos estudos que temos desenvolvido nos últimos anos.

Dentro das economias nacionais e, da mesma forma, no âmbito da economia mundial, há sempre a possibilidade de uma diferença espacial entre produção e apropriação de mais-valor.⁷ Grosso modo, essa diferença pode ocorrer devido aos mecanismos que equalizam tendencialmente a taxa de lucro – isto é, mecanismos próprios do mercado capitalista – e dividem o mais-valor produzido socialmente entre capitais de composições orgânicas diversas e pertencentes a esferas distintas; ou pode ocorrer pela imposição de mecanismos que, se bem são produtos da tendência inerente à centralização e concentração do capital, possibilitam a um conjunto de capitais auferir um lucro extra, ou extraordinário, de maneira recorrente, pela imposição de mecanismos que eludem as leis de mercado. De forma particular, o que nos interessa é entender como isso funciona no plano internacional, isto é, como se dá a transferência de valor entre as polaridades que constituem a divisão internacional do trabalho: países imperialistas e países dependentes. Chamaremos o primeiro mecanismo de *troca desigual*, tal como se consolidou no debate marxista. Os outros mecanismos denominaremos de transferência de valor devido à propriedade do capital, mais especificamente à divisão do capital em lucro, juro e renda.

A *troca* ou *intercâmbio desigual* é resultado da transferência de mais-valor em função do desenvolvimento desigual das relações capitalistas de produção e à divisão internacional do trabalho, a qual concentra o progresso técnico e os setores mais intensivos em capital (maior composição orgânica) nos países imperialistas, e os setores de menor dinamismo técnico, menos intensivos em capital e com maiores taxas de exploração nos países dependentes. Por meio da tendência ao estabelecimento de uma taxa média de lucro a nível mundial⁸, estabelece-se a tendência de transferência de valor dos setores de composição orgânica do capital inferior aos setores de composição orgânica superior, resultado do desvio dos preços de produção em relação aos preços diretos. Desse fato, resulta uma transferência de valor entre setores da economia mundial, uma transferência *intersetorial*. Por sua vez, o estabelecimento de um valor social dentro de cada setor originará uma transferência dentro de cada setor da economia mundial, uma transferência *intra-setorial*: os capitais que produzirem com um valor individual inferior ao valor social auferirão um mais-valor extra ou extraordinário. Ou seja, dentro do setor, o mais-valor é transferido dos capitais menos eficientes para os mais eficientes. A transferência de valor global dos capitais de um determinado país é a soma desses dois efeitos.⁹

A segunda forma de transferência, enfatiza os mecanismos de transferência de valor devido à propriedade do capital. Em outras palavras, devido à fragmentação do mais-valor em lucro, juro e renda (LEITE, 2017). Ao contrário da transferência de valor via *troca desigual*, que opera sob a névoa da igualdade das trocas comerciais, formas de transferência pela repartição do mais-valor em lucro, renda e juros são mais perceptíveis, na medida em que podem ser identificadas através de categorias da economia burguesa. A aproximação a estas formas de transferência implica incluir uma mediação que não nos interessava propriamente ao tratarmos da troca desigual: a propriedade do capital. No caso das outras formas de transferência da valor, como veremos, interessam os fluxos para o exterior como resultado do valor apropriado pelo capital estrangeiro imperialista, como contrapartida de uma exportação de capital, seja

através de investimento estrangeiro direto, investimento em carteira, compra de títulos de dívida, derivativos etc.

Para a Teoria Marxista da Dependência, a transferência de valor é um conceito fundamental para explicar a peculiaridade do ciclo do capital na América Latina, isto é, para entender as condições específicas de produção e realização do mais-valor nas economias dependentes da região. Não exageramos em afirmar que a relação *transferência de valor/superexploração do trabalho* é o próprio núcleo da TMD. Há um debate de décadas – e que se reavivou ultimamente – sobre a dialética dessa relação¹⁰. Defendemos a opinião de que a transferência de valor é produto daquilo que Marini define como “a debilidade inicial” das economias latino-americanas no momento do surgimento de uma divisão internacional do trabalho especificamente capitalista, fato que as situa como produtoras de etapas não-estratégicas da economia mundial¹¹, ou seja, como provedoras líquidas de mais-valor para os países imperialistas, e que este fato estimula a superexploração, apesar de não ser seu fundamento¹².

A transferência de valor e o capitalismo dependente brasileiro do século XXI

Em que medida o estudo da transferência de valor ajuda a explicar a trajetória econômica e política do Brasil no século XXI?

Acreditamos que parte das razões tanto para a vitalidade do ciclo econômico e político de 2003 a 2015 no Brasil, assim como seu esgotamento, podem ser encontradas no comportamento das transferências de valor brasileiras ao exterior durante o período. As possibilidades de flexibilização das políticas econômicas neoliberais na América Latina tiveram como fundamento material a vitalidade do comércio exterior nos anos 2000, devido a uma melhora nos termos de troca dos produtos exportados pela América Latina e a um aumento da demanda mundial puxado pela China. No ano de 2010, os termos estavam 60% mais favoráveis à região em relação a 1990. A manutenção de termos de troca crescentemente favoráveis para comércio exterior latino-americano até 2010 é também um dos elementos que explica a capacidade da região para amortecer, em um primeiro momento, os efeitos imediatos da crise mundial de 2008.

Em uma perspectiva mais estrutural, no entanto, essa vitalidade conjuntural deve ser relativizada diante da consolidação, neste mesmo período, do *padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva* na América Latina, cujo nascimento remonta ao final dos anos de 1980 (OSORIO, 2009). Esse padrão de reprodução implicou uma regressão da pauta exportadora dos países da região e o aumento da importância dos produtos primários e das manufaturas baseadas em recursos naturais na estrutura produtiva dos países, assim como das etapas de montagem das cadeias globais de valor (caso do México e América Central). Essa transformação aprofundou a ruptura do ciclo do capital característico das economias dependentes e tornou os países da região mais vulneráveis aos ciclos econômicos da economia mundial.

O *neoliberalismo* deu sustentação ideológica e política para o processo de reposicionamento da América Latina na nova divisão internacional do trabalho aberta na década de 1970. Preservando uma reprodução ampliada baseada na superexploração da força de trabalho, na restrição do mercado interno e na ausência de uma elevação sistemática da produtividade do trabalho, a alternativa encontrada pelas

burguesias dos países latino-americanos, e pelo capital transnacional que aqui produzia, foi abrir-se ainda mais ao mercado mundial, construindo assim um padrão de reprodução que tem na exportação, principalmente de produtos primários e seus derivados, seu elemento mais dinâmico.

Desse modo, a abertura comercial escancarou a diferença de produtividade média dos capitais latino-americanos em relação aos países centrais. Ao mesmo tempo, a região observou uma internacionalização maior de suas economias: o investimento estrangeiro direto aumentou na América Latina como um todo durante o período, a entrada líquida passando de 0,76 % do PIB em 1990 para 5,35 % do PIB em 2015, em uma tendência de crescimento sustentado (BREDA, 2020). Se bem o IED, em algumas circunstâncias, é capaz de aliviar a pressão sobre a balança de pagamentos, tende, no longo prazo, a produzir um fluxo inverso de remessas de lucros e dividendos, de pagamento e amortização de dívidas, e de pagamento de royalties e serviços técnicos (CARCANHOLO, 2017).

No caso brasileiro, a crise do padrão industrial anterior e a transformação do padrão de reprodução foi construída a partir de um novo pacto de classes, liderado pelo grande capital financeiro nacional e estrangeiro, pelo capital agroexportador e pela grande burguesia industrial monopólicia (OSORIO, 2009). Do ponto de vista da relação capital/trabalho, a abertura comercial e financeira intensificou a tendência estrutural à superexploração da força de trabalho, tanto pela necessidade de compensar a sangria de riquezas ao exterior quanto pelas implicações técnicas da modernização do processo de trabalho, cujas consequências se fizeram notar no processo imediato de trabalho e na capacidade organizativa da classe trabalhadora como um todo.

Apesar da permanência dos elementos estruturais acima apresentados, em razão da conjuntura internacional favorável, durante os dois mandatos de Lula e em parte do primeiro mandato de Dilma houve espaço para um maior crescimento do PIB e uma flexibilização da política macroeconômica (redução da taxa de juros, ampliação do crédito, maiores gastos de investimento por parte do Estado, um aumento das políticas sociais e do salário mínimo). (FILGUEIRAS et. al., 2010; CARCANHOLO, 2010). Observa-se, no entanto, uma inserção passiva, em que o país se beneficiou da fase ascendente do ciclo econômico sem promover transformações estruturais e, quando o ciclo se inverteu, foi incapaz de sustentar a política econômica que praticava. Com a reversão do cenário externo favorável e, conseqüentemente, a desaceleração do crescimento das exportações e a diminuição dos preços dos produtos exportados pelo país, o Brasil sentiu o impacto da mudança do ciclo internacional no balanço de pagamentos brasileiro e nas contas públicas.¹³

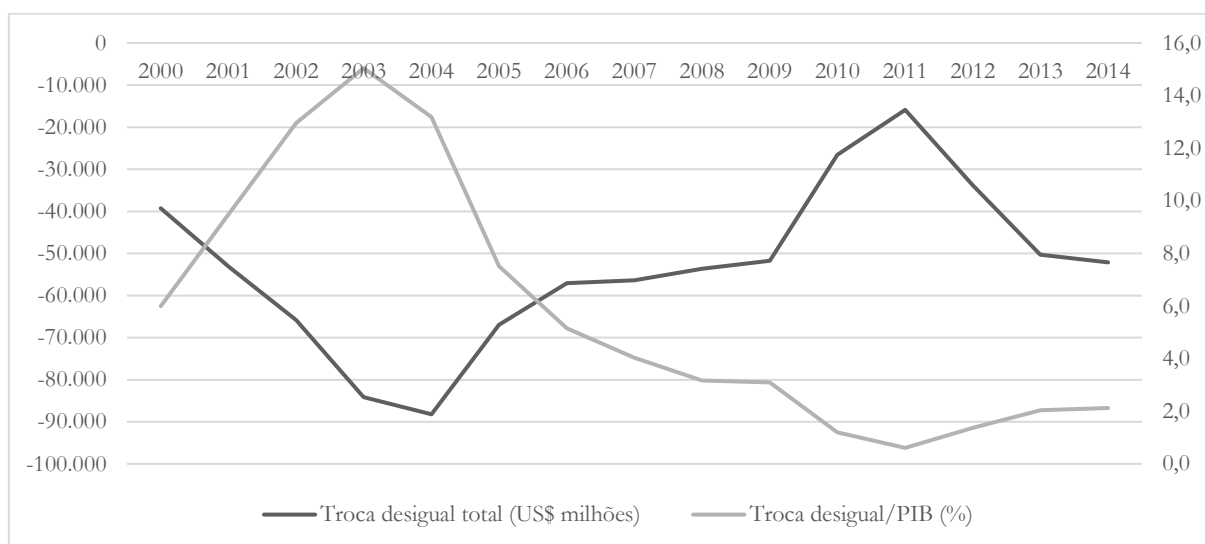
Mesmo durante o período imediatamente posterior à crise de 2008, as medidas anticíclicas implementadas pelos governos petistas, com o objetivo de sustentar a atividade econômica e preservá-la de uma depressão maior, alicerçaram-se na recomposição do cenário externo – principalmente na resiliência à queda dos preços internacionais dos produtos primários nos anos seguintes a 2008, alimentando a ilusão de que o país havia passado ileso à crise mundial (ROBERTS, 2016). Mas, por debaixo do otimismo, os fundamentos da economia capitalista derretiam, sobretudo a taxa de lucro das empresas, o que explica a transformação de um cenário político estável em uma guerra cada vez mais aberta entre as classes, com clara vantagem para as frações capitalistas do bloco de poder (MARQUETTI et. al., 2106). É a partir desse cenário

de crise do capitalismo mundial que se compreende a crise da articulação de classes que governou o país entre 2003 e 2016, assim como o programa de austeridade de Dilma/Levy após as eleições de 2014, o qual descarregou o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores. A partir de então, com o impedimento de Dilma, o programa de austeridade e de ataque à classe trabalhadora assumiu um novo patamar, muito mais agressivo, e tem sido conduzido pelo presidente profascista Jair Bolsonaro com o apoio de toda a classe dominante.

Por trás deste ciclo de ascensão-esgotamento do mal chamado período *(neo)desenvolvimentista* está, como já justificamos, o comportamento cíclico da economia mundial, ao qual a economia brasileira se tornou mais vulnerável a partir dos anos de 1990. Em nossa pesquisa, encontramos que o ciclo ascendente da economia mundial durante a primeira década do século XXI diminuiu consideravelmente as transferências brasileiras de valor ao exterior, proporcionando as condições para a construção do pacto de classes pós-2003. Do mesmo modo, quando o ciclo internacional se inverteu a partir da crise capitalista de 2008, o aumento das transferências de valor contribuiu para a inviabilização da política econômica e, por consequência, daquele arranjo político.

Vejamos, então, o comportamento dos indicadores da transferência, começando pela troca desigual. O gráfico 1 apresenta o resultado geral total – somatório líquido dos 56 setores analisados – do intercâmbio desigual para o Brasil entre 2000 e 2014.¹⁴

Gráfico 1. Troca desigual total líquida (US\$ milhões correntes) e como % do PIB, 2000 – 2014 (Brasil)



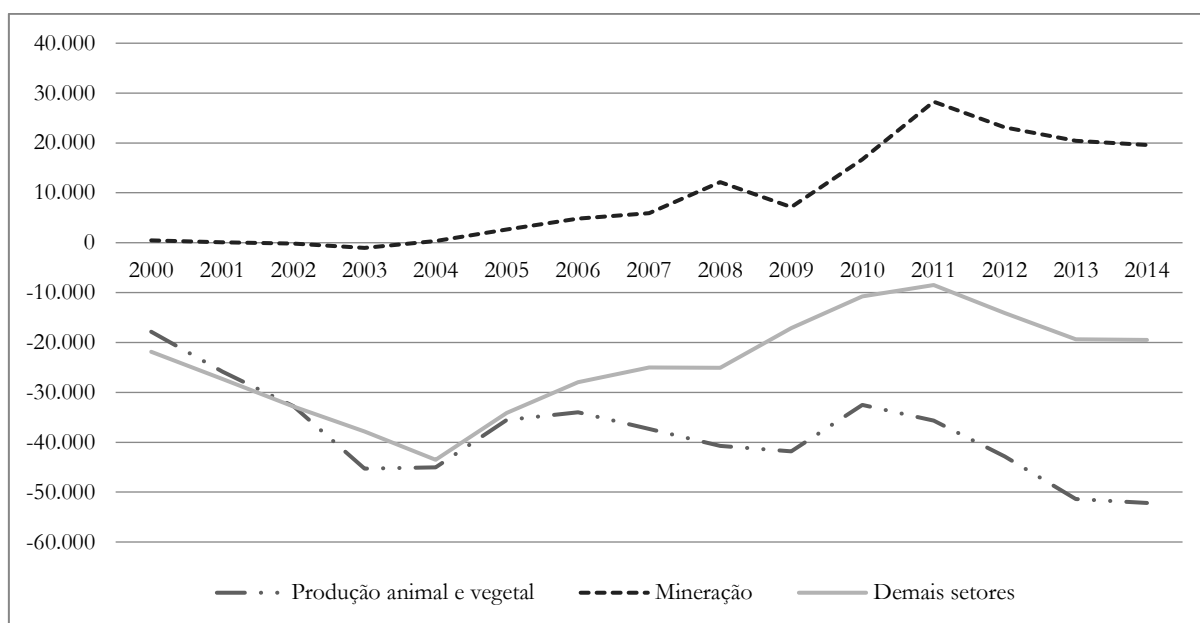
Fonte: elaboração própria, baseado em RICCI (2019), a partir de WIOD Release 2016.

Em relação ao PIB, os valores mencionados indicam uma queda substantiva do volume das transferências, de US\$ -90 bilhões para cerca de US\$ -15 bilhões. Em relação ao PIB, a queda é de 15% em 2003 para 0,6% em 2011 (BREDA, 2020). Esse período está ladeado, antes e depois, por curvas de tendência contrárias, as quais dão ao intervalo 2003-2011 uma aparência de excepcionalidade. Trata-se do período de

crescimento da economia mundial e brasileira, assim como de melhoria dos termos de troca devido à elevação dos preços internacionais da produção primário-exportadora em que o Brasil vem se especializando.

Dois setores destoam do restante em termos de volume de transferências, tal como se percebe no gráfico 2: o setor de *produção animal e vegetal, caça e serviços relacionados* e o setor de *mineração*, os carros-chefes do setor exportador brasileiro. A rubrica A01 tem transferência negativa durante todo o período, mas a partir 2003 encontra uma estabilização em um patamar inferior ao do período pré-2003, patamar que se mantém até 2010, quando observa-se novamente uma tendência ao aumento da transferência ao exterior. A rubrica B apresenta transferência positiva de valor, isto é, os setores dessa rubrica apropriam-se de valor produzido por capitais no resto do mundo. Já era de se esperar, naturalmente, uma diminuição da transferência de valor dos setores agropecuários e minerais nos anos de crescimento dos preços. Do ponto de vista teórico, os setores agropecuários, por possuírem composição orgânica inferior à média da economia mundial, tenderiam mostrar transferências intersetoriais negativas, e isso de fato ocorre para os setores de A01, cujo peso das transferências intersetoriais é cerca de 90%, em média, das transferências anuais totais. As transferências intrasetoriais são positivas a partir de 2005, expressando a elevada produtividade do Brasil nos setores agropecuários em relação aos mesmos setores de outros países, e terminam por sustentar as transferências em um nível mais baixo do que o do pré-2003. A rubrica B, mineração, tem como característica uma maior composição orgânica, e por isso é de se esperar que a transferência intersetorial tenha maior peso na transferência de valor, enquanto a transferência intrasetorial seja menos significativa.

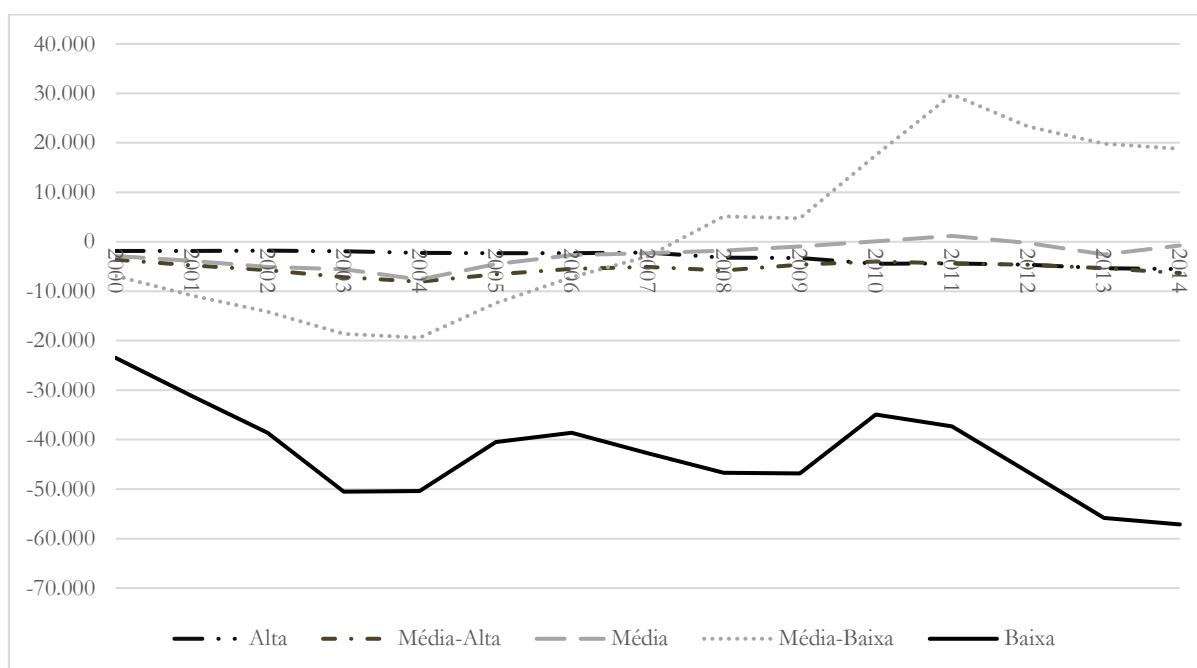
Gráfico 2. Troca desigual: produção animal e vegetal, mineração e demais setores, 2000 - 2014 (Brasil - US\$ milhões correntes)



Fonte: elaboração própria, baseado em Ricci (2019), a partir de WIOD Release 2016.

A agregação da transferência por intensidade tecnológica reforça nossa percepção a respeito da excepcionalidade dos setores agrícolas e de mineração, mas também revela a relação entre a complexidade tecnológica dos setores na balança comercial e a transferência de valor, na medida em que os setores mais refinados tecnologicamente operam durante todo o período com transferências negativas.

Gráfico 3. Troca desigual por intensidade tecnológica (Brasil - US\$ milhões)



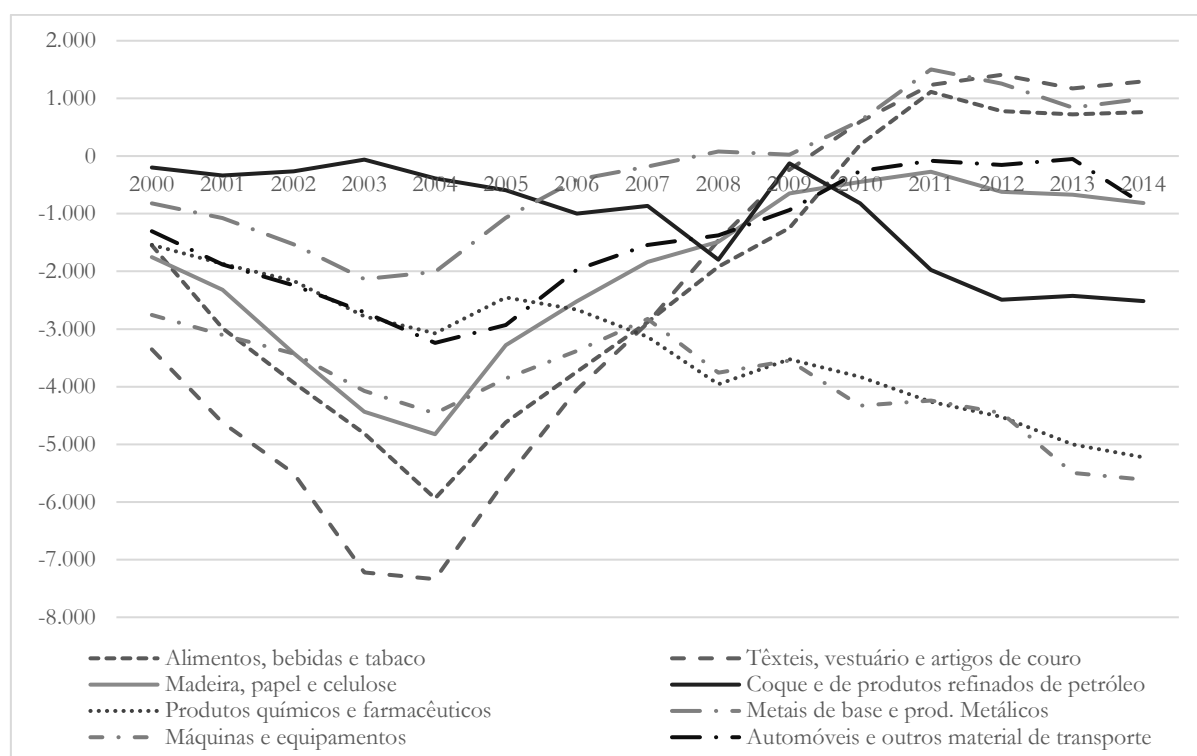
Fonte: elaboração própria, baseado em Ricci (2019), a partir da taxonomia de Galindo-Rueda e Verger (2016).

O resultado do gráfico acima é condizendo com a evolução da estrutura do comércio exterior no período, que conserva as características do PRCEEP: a exportação de produtos de baixo conteúdo tecnológico, sobretudo produtos primários e manufaturas baseadas em recursos naturais, e importação de mercadorias de alta intensidade tecnológica (BREDA, 2020), com crescente importância de componentes e bens de capital, mas também atingindo bens de consumo (FILGUEIRAS et. al., 2010).

Em relação ao setor manufatureiro (gráfico 4), observa-se um aumento da transferência negativa dos subsetores de maior complexidade tecnológica (máquinas e equipamentos, indústria química e farmacêutica, derivados de petróleo), sugerindo que a regressão industrial brasileira repercutiu – e segue repercutindo negativamente sobre a transferência dos setores mais complexos. No caso da indústria de alimentos, bebidas e tabaco, assim como no caso da indústria têxtil e de madeira, papel e celulose há uma diminuição na transferência de valor a partir de 2003-2004. As razões do comportamento do setor de “alimentos e bebidas”, assim como o de “madeira, papel e celulose”, e também o de “produtos metálicos”

parecem ser as mesmas das tendências já descritas para os setores primários, pois se tratam de manufaturas baseadas em recursos naturais. O caso do setor têxtil exige maiores investigações, mas nos parece que, apesar do desmonte do parque industrial têxtil brasileiro, a queda dos preços das importações desses artigos jogou a favor da diminuição da transferência de valor. O mesmo poderíamos afirmar para o setor de “máquinas e equipamentos” entre os anos 2003-2010.¹⁵

Gráfico 4. Troca desigual em setores industriais selecionados (Brasil - US\$ milhões)



Fonte: elaboração própria, baseado em Ricci (2019), a partir de WIOD Release 2016.

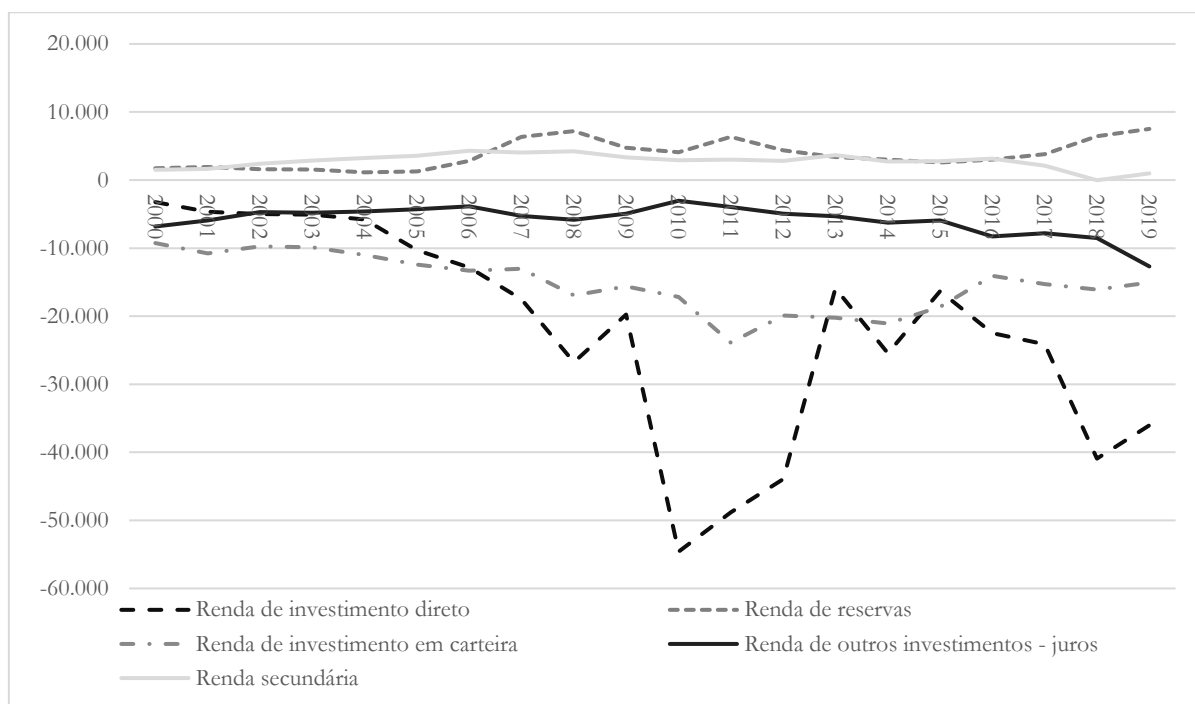
Em termos gerais, portanto, é lícito afirmar que a diminuição global das transferências via troca desigual resulta do comportamento excepcional dos setores primário-exportadores e das manufaturas com alta composição de recursos naturais (alimentos, bebidas e tabaco, têxtil, papel e celulose, e produtos metálicos básicos), ou seja, de intensidade tecnológica baixa e média-baixa, onde o país ostenta maior produtividade. A diminuição da troca desigual ocorre justamente no período em que esses produtos aumentam de preço, entre 2003 e 2010. O fato de que o efeito sobre a troca desigual desses setores tenha ocorrido principalmente através do comportamento dos preços internacionais é prova da vulnerabilidade da economia nacional, ainda que o Brasil se destaque, naqueles setores, em relação a seus concorrentes mundiais. A baixa composição orgânica do capital e a incapacidade de sustentar rendas de monopólio coloca o país em desvantagem de forma estrutural na repartição do mais-valor produzido mundialmente. É, inclusive, o que podemos visualizar a partir de 2011/2012, quanto as tendências se invertem para esses setores e a transferência negativa para o exterior volta a crescer.

A questão pode ser encarada também de outro ângulo: o de que houve no período 2003-2010 um maior “represamento” do valor produzido em território nacional, contribuindo para a capacidade de crescimento do produto e, por decorrência, para o aumento da capacidade financeira do Estado. Nesse sentido, a melhoria do panorama da transferência de valor do Brasil para o exterior aparece como *uma das* pré-condições para o ciclo de aceleração do crescimento interno durante 2003-2015. O crescimento real da massa de salários parece ter contribuído para este “represamento”: em um trabalho recente, relaciona-se a diminuição da troca desigual negativo com um arrefecimento da superexploração do trabalho no período analisado. O aumento da exploração, neste período, deveu-se mais ao aumento da exploração via mais-valor relativo do que através do aumento da superexploração da força de trabalho (ARUTO, 2019).

É claro que a melhoria das condições internacionais para o Brasil, entre as quais o arrefecimento da troca desigual, só logrou ser aproveitado internamente pelo capital pois havia uma estrutura nacional capaz de dar consequência a essas novas condições. Aqui devem ser considerados os grandes grupos econômicos nacionais como a JBS/Friboi, a Sadia/BrF, as tradings exportadoras como a Amaggi, a Vale S/A, a CSN, a Usiminas, e também a estatal Petrobrás, entre outras, cuja atuação garantiu o aproveitamento dessa década de bonança da economia brasileira em benefício próprio, levando muitos deles, inclusive, a um processo de internacionalização (ROCHA, 2013). Também entram nessa conta os grupos financeiros nacionais como Bradesco e Itaú, verdadeiros sanguessugas da riqueza nacional e cabeças do pacto de classes pós 1994. A influência desses grupos sobre o Estado brasileiro, visando garantir a política econômica adequada aos seus interesses, daria um estudo à parte. O fato é que os grandes grupos nacionais souberam aproveitar este momento que a economia mundial lhes proporcionou na primeira década do século XXI.

Para avaliar o verdadeiro impacto da diminuição da transferência de valor devemos olhar para o seu segundo aspecto, o comportamento das outras formas de transferência de valor. As formas a seguir são produtos da propriedade do capital estrangeiro sobre unidades produtivas ou ativos financeiros nacionais, ou decorrem do monopólio, por parte do capital estrangeiro de tecnologias, conhecimento ou de alguma etapa do processo produtivo, a exemplo dos fretes.

Gráfico 5. Balança de rendas do Brasil (US\$ dólares correntes, líquido)

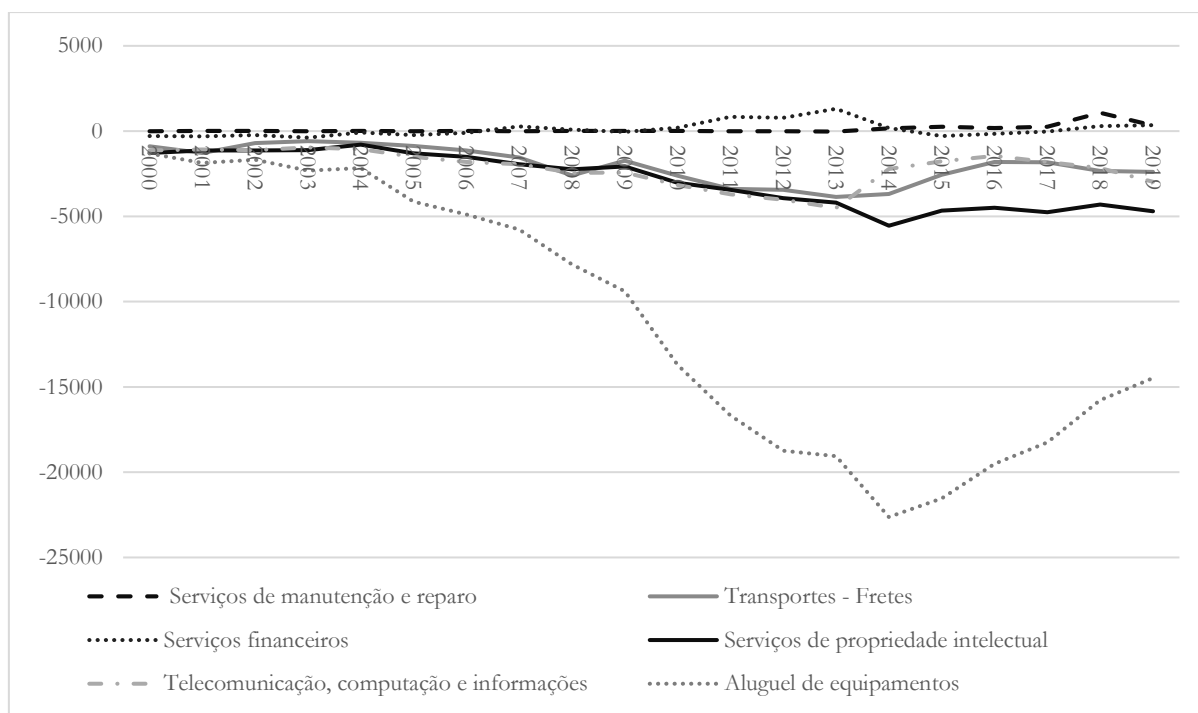


Fonte: elaboração própria a partir de Séries Temporais do BCB.

Acompanhando a evolução da Balança de Rendas, observa-se um aumento das remessas decorrentes de investimento estrangeiro direto e em carteira entre 2000 e 2010, com a intensificação do fluxo para o exterior nos anos posteriores à crise de 2008. As rendas de IED voltam a subir a partir de 2015, ao contrário das rendas oriundas do investimento em carteira, que seguem oscilando no patamar atingido em 2010 (BREDA, 2020). O aumento das rendas de investimento direto e investimento em carteira entre 2000 e 2019 se deve a diversos fatores, cujo estudo detalhado será feito em outra oportunidade. Por ora, duas questões nos interessam. A primeira delas é o aumento sustentado de ambas as rubricas, indicando a maior abertura da economia brasileira ao investimento estrangeiro durante os anos 2000. O segundo elemento, relacionado sobretudo ao investimento estrangeiro direto, é que o capitais estrangeiros tendem aumentar suas remessas em períodos de crise, fato que contradiz a ideia liberal de que a atração de investimento estrangeiro é um dos fatores responsáveis pela dinamização das economias dos países periféricos.

Também no interior da Balança de Serviços encontram-se diversas rubricas passíveis de serem analisadas como transferência de valor. Há uma divergência se tais fluxos deveriam ser caracterizados como renda de monopólio ou como parte das remessas de lucros. Independente de sua caracterização formal eles evidenciam a dependência tecnológica que tem se ampliado no Brasil, e, conseqüentemente, elevado a transferência de valor (MARINI, 2012).

Gráfico 6. Balança de serviços por rubrica (Brasil - US\$ milhões correntes)



Fonte: elaboração própria a partir de Séries Temporais do BCB.

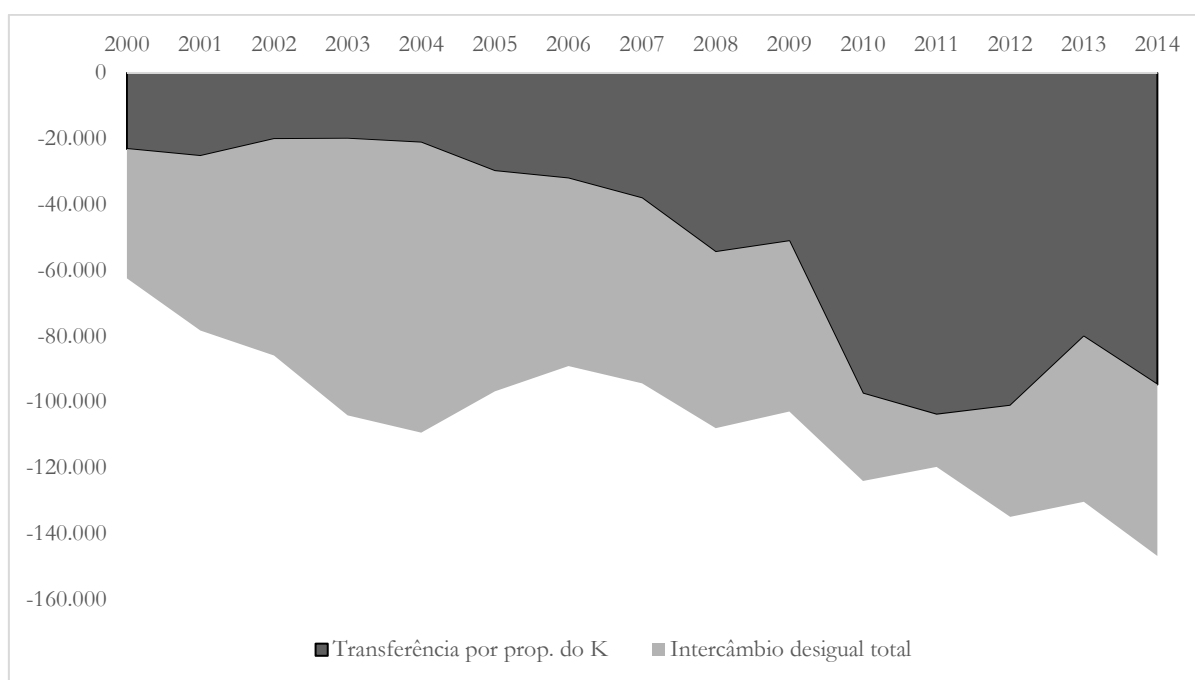
O comportamento agregado da balança de serviços e, portanto, da transferência de valor por meio dessas rubricas, é bastante claro; seu comportamento desconhece, inclusive, os efeitos da crise de 2008. O peso determinante do aluguel de equipamentos, que atinge um déficit de mais de US\$ 20 bilhões de dólares em 2014 é uma demonstração clara dependência tecnológica do Brasil, que se completam com o déficit permanente no pagamento de serviços de propriedade intelectual, telecomunicações, computação e fretes.

Finalmente, é importante ressaltar a existência outros mecanismos de transferência de valor, mas a estrutura da economia capitalista contemporânea apresenta uma série de dificuldades para a medição das transferências de valor entre países imperialistas e países dependentes. A primeira delas é o comércio intrafirmas, em que as empresas transnacionais tendem a subavaliar suas importações e superestimar suas exportações nas relações entre matrizes e filiais (SALGADO, 2008). Há, neste processo, uma transferência real de lucros que permanece encoberta na contabilidade das empresas. Outra dificuldade está relacionada à organização da produção em torno das Cadeias Globais de Valor, como Smith (2016) tem mostrado ultimamente, em estreito diálogo com a TMD. Finalmente, devemos lembrar das formas ilícitas de evasão fiscal, também difíceis de captar.

Olhando para os resultados como um todo, vemos que a transferência de valor para o Brasil durante o período 2000-2014 foi negativa e crescente, ou seja, manteve-se uma transferência líquida de valor do Brasil para o exterior, o que dá força à hipótese de que este fenômeno é estrutural em economias dependentes como a brasileira.¹⁶ No gráfico 7, vemos que a transferência líquida negativa perdura tanto para a troca desigual quanto para as demais formas de transferência de valor. A diferença é que a troca desigual

diminui conjuntamente, no período de crescimento dos preços internacionais, enquanto as demais formas de transferência de valor aumentam absolutamente durante o período 2003-2010.

Gráfico 7. Transferência de valor total por modalidades (troca desigual e transferência por propriedade do K) (US\$ milhões correntes)



Fonte: elaboração própria a partir de Séries Temporais do BCB e Ricci (2019).

A comparação das duas modalidades de transferência de valor com o PIB mostra que caiu sobre a troca desigual o peso da diminuição do déficit na transferência de valor durante o período 2003-2011, pois as transferências resultantes da propriedade do capital (soma da balança de serviços e de rendas) aumentaram em termos absolutos durante todo o período, e mantiveram-se ao redor de 4% e 5% do PIB. Essa permanência sugere, no mínimo, a continuidade das características do padrão exportador de especialização produtiva no Brasil, e não a construção de um novo padrão de reprodução com maiores graus de complexidade produtiva e soberania tecnológica. Sugere também que a estrangeirização da economia brasileira não sofreu reversão alguma durante o período estudado: pelo contrário, o aumento das transferências via propriedade do capital mostra que o capital estrangeiro seguiu extraindo lucros crescentes do território brasileiro. Além disso e dos demais indicadores apresentados ao longo deste trabalho, que caracterizam o período estudado com um período de aprofundamento estrutural do capitalismo dependente, a rápida degradação dos indicadores econômicos e sociais do país a partir de 2015 revelam alicerces frágeis após uma década de suposto *neodesenvolvimentismo*.

Quando a fase próspera da economia internacional tem fim, as tendências próprias do padrão de reprodução do capital vigente voltam a limitar a acumulação interna de capital dos países dependentes e

reforçam os mecanismos de compensação dos capitais mais frágeis em face do valor transferido: estamos falando, principalmente, do aprofundamento da superexploração do trabalho após 2015 (ARUTO, 2019). Não por acaso, o fim do “ciclo virtuoso” da economia mundial veio acompanhado da pressão do grande capital pelo fim das tímidas políticas sociais, pela aprovação das reformas da previdência e trabalhista, do teto de gastos, entre outras medidas.

Considerações finais

Se bem do ponto de vista estrutural as características do capitalismo dependente seguiram seu curso de aprofundamento durante a primeira década do século XXI, a ascensão cíclica do capitalismo mundial possibilitou, relativamente, uma retenção maior, pelo Brasil, do valor produzido internamente. Essa maior retenção do valor, por sua vez, distendeu por cerca de uma década as restrições provocadas pela drenagem estrutural de recursos e tornou viável a implementação de políticas estatais que foram fundamentais para dar sobrevida ao pacto de classes estabelecido em 1994. Assim se compreende, por exemplo, que o aumento da renda real dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora não tenha inicialmente pressionado a taxa de lucros dos setores industriais; que a oferta de crédito para o financiamento de bens de consumo duráveis à classe trabalhadora tenha, como outro lado da mesma moeda, o aumento da lucratividade do setor financeiro; que o desmantelamento do parque industrial brasileiro não tenha causado maiores problemas do ponto de vista do mercado interno, uma vez que o saldo da balança comercial permitiu o aumento da importação de manufaturados. Lembremos que a ideia do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” alude justamente à possibilidade de que o crescimento de uma economia dependente venha acompanhado de um aprofundamento das características estruturais, notadamente a transferência de valor e a superexploração. Pensar que a dependência se expressa sempre em baixo crescimento econômico é simplificar demais as conclusões de uma teoria que tem capacidade explicativa muito mais refinada, além de aproximá-la erroneamente das teses estagnacionistas que vigoraram, por exemplo, após o golpe militar brasileiro de 1964.

Outra conclusão que decorre da análise dos resultados empíricos é a importância contemporânea, na atual etapa da divisão internacional do trabalho, das duas modalidades de transferência de valor – o intercâmbio desigual e a transferência devido à propriedade do capital. Como percebemos, as duas formas têm importâncias relativas que se alternam, mas nenhuma das duas é irrelevante ou pequena o suficiente para que possa ser tratada como resíduo durante o período analisado. Esse resultado condiz, por um lado, com a importância renovada do comércio internacional e das novas formas de articulação produtiva – entre elas as cadeias globais de valor – que se desenvolvem desde a década de 1970, na esteira do paradigma eletroinformático ou microeletrônico; e, por outro lado, com a maior mobilidade de capitais que a fase contemporânea do imperialismo exige. Nossa aproximação empírica mostra um aumento constante da transferência líquida que chega, em 2014, a US\$ 146 bilhões de dólares ou 6% do PIB, cifras nada desprezíveis.

Por fim, a ausência de dados para o intercâmbio desigual após 2014 nos impedem de chegar a conclusões mais exatas para os montantes atuais de transferência por meio dessa modalidade. No entanto, ao observarmos as tendências pós 2011, que indicam um novo período de elevação do intercâmbio desigual, além da permanência das tendências para as outras formas de transferência de valor, a hipótese mais plausível é que as transferências tenham aumento. O padrão de reprodução do capital que vigora atualmente na América Latina e no Brasil tende sim a exacerbar os mecanismos de transferência de valor em suas duas formas no longo prazo. Essa era a tendência que observamos no período anterior a 2003, e essa é a tendência que parece se reativar após o interregno 2003-2011. Pensemos que após 2014 as condições favoráveis à ação do imperialismo só aumentaram, tornando a situação atual desesperadora, e que burguesia brasileira e suas representações políticas têm operado para facilitar essas condições. A propósito, o caminho trilhado pela classe dominante brasileira após 2014 confirma uma hipótese fundamental dos(as) autores(as) da TMD: o apelo atual para que a burguesia brasileira assuma posições nacionalistas é uma pregação no deserto.

Referências

- AMIN, S. **¿Cómo funciona el capitalismo?** El intercambio desigual y la ley del valor. México: Siglo XXI, [1973] 1977a.
- AMIN, S. **La acumulación a escala mundial.** Crítica a la teoría del subdesarrollo. México: Siglo XXI, [1971] 1977b.
- ARUTO, P.C. Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003 - 2016): uma análise em múltiplas dimensões espaciais. 2019. 1 recurso online (252 p.). **Tese (Doutorado)** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas/SP. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333667>, com acesso em outubro de 2019.
- BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M.. **El capital monopolista:** ensayo sobre el orden económico y social de Estados Unidos. siglo XXI, [1966] 1988.
- BREDA, Diógenes Moura. A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: o caso do Brasil entre 2000 e 2015. 2020. **Tese (Doutorado)**. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.
- BORGES NETO, J. M. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. **Crítica Marxista**, n. 33, p. 83-104. Campinas, 2011.
- BRIZOLA, L. [1961], 2004, Palavras à mocidade do meu país. Em: BRAGA, K.; SOUZA, J. B.; DIONI, C.; BONES, E. (Coords.) **Leonel Brizola:** Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.
- CAPUTO, O.; PIZARRO, R. **Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales.** Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1971.
- CARCANHOLO, R. **Capital, essência e aparência**, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- CARCANHOLO, R.. *La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica.* **Tese (doutorado)**. Facultad de Economía. México, UNAM, 1981.
- CARCANHOLO, M. “Dialética do desenvolvimento periférico. Dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica”. **Revista Economia Contemporânea**, v.12, n.2, p. 247-272, 2008.
- CARCANHOLO, M. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis.** Madrid: Maya Ediciones, 2017.
- CARCANHOLO, M. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. Em: **Os**

anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CASTRO, F. Mensaje a la XI Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Comercio y el Desarrollo. **Cubadebate**, 13 de junio de 2004. Disponível em:

<http://www.cubadebate.cu/especiales/2004/06/13/fidel-castro-mensaje-a-la-xi-unctad/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

CASTRO, F. “Discurso pronunciado por el comandante Fidel Castro Ruz, Primer Secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y Primer Ministro del gobierno revolucionario, en la cena ofrecida en su honor en el Palacio del Pueblo de Argel, Argelia. Departamento de versiones taquigraficas del gobierno revolucionario, 9 de mayo de 1972.” Disponível em:

<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1972/esp/f090572e.html>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

CECEÑA, A. E.; BARREDA, A. **Producción estratégica y hegemonía mundial**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1995.

CHERNAVSKY, E.; DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. Descontrole ou inflexão? A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.29, n.3, pp. 811-

834, dezembro de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182020000300811&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

EMMANUEL, A. **El intercambio desigual**. Cidade do México: Siglo XXI, [1969] 1972.

EMMANUEL, A. et. al. **Imperialismo y comercio internacional**. *El intercambio desigual*. México: Pasado y Presente, 1978.

FILGUEIRAS, L., PINHEIRO, B., PHILIGRET, C., BALANCO, P. “Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula”. Em: **Os anos Lula:** contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LEITE, L. de M. O capital no mundo e o mundo do capital: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. **Tese (doutorado)**. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2017.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência**, problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARQUETTI, A. A.; HOFF, C. R.; MIEBACH, A. D. “Lucratividade e distribuição: A Origem econômica da crise política brasileira. Não publicado, 2016. Acesso online:

https://www.researchgate.net/publication/312191358_Lucratividade_e_Distribuicao_A_Origem_Economica_da_Crise_Politica_Brasileira. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, [1972] 1982.

MANOEL, J.; FAZZIO, G. L. (Ed.). **Revolução africana:** uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la Dependencia**, 2ª edición. México: Era, [1973] 1974.

MARINI, R. M. “O ciclo do capital na economia dependente”. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.) **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, [1979] 2012. p. 21-35.

MARINI, R. M.. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)”. Em: **América Latina, dependencia y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, [1978] 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/06razones.pdf>.

MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. Em: **La teoría social latinoamericana**. Tomo IV: Cuestiones contemporáneas. México: El Caballito; UNAM, [1996] 2000, p. 49-68.

MARINI, R. M. “El desarrollo del capitalismo mundial y su impacto em América Latina”, 1993. Em: Ruy Mauro Marini - Escritos, [en línea] http://www.mariniescritos.unam.mx/024_capitalismo_mundial_es.htm.

- OSORIO, J. **Sistema mundial, intercambio desigual y renta de la tierra**. México: UAM/ Ítaca, 2018.
- OSORIO, J. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. México: Itaca, UAM-X, 2009.
- OSORIO, J. “Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico”. Em: **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011b, p. 153-246.
- PREBISCH, R. “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas [Manifesto Latino-Americano]”. Em: **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011a, p. 95-152.
- RICCI, A. Unequal Exchange in the age of globalization. **Review of Radical Political Economics**, Union for Radical Political Economics, v. 51 (2), p. 225-245, 2019.
- ROBERTS, M. **The Long Depression: How It Happened, Why It Happened, and What Happens Next**. Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2016.
- ROCHA, M. A. M. da. Grupos econômicos e capital financeiro: uma história recente do grande capital brasileiro. **Tese (Teoria Econômica) Campinas: IE-Unicamp**, 2013.
- SALGADO, J. G. G. “América Latina en la conformación de la economía-mundo capitalista. Las transferencias de excedente en el tiempo largo de la historia y en la época actual.” Em: VÁRIOS. **Crítica y teoría em el pensamiento social latinoamericano**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.
- SANTOS, T. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, [1978] 2011.
- SHAIKH, A. Foreign trade and the law of the value: Part II. **Science & Society**, vol. 44, n.1 (Spring, 1980), p. 27-57.
- SHAIKH, A. **Capitalism: Competition, conflict, crisis**. Oxford University Press, 2016.
- SMITH, J. **Imperialism in the twenty-first century: globalisation, super-exploitation and capitalism’s final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016.
- TREACY, M. “Dependencia, restricción externa y transferencia de excedente en la Argentina (1970 – 2013). Em: **Cuadernos de Economía Crítica**. Ano 1, nº 2, mayo de 2015, p. 113-139.
- WOOD, E. M. **O império do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

Notas

¹ Economista, doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (Unam). Pesquisador visitante no Instituto de Economia/Unicamp. Membro do projeto de pesquisa internacional “Varieties of COVID-19 Reactions and Changing Modes of Globalization in the Global South”, com sede na Hochschule für Wirtschaft und Recht Berlin (Berlin School of Economics and Law). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0565142103663323>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3268-0226>. E-mail: diobreda@gmail.com.

² Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit/Unicamp). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9987675298423409>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5377-5534>. E-mail: mamrocha@unicamp.br.

³ Em 1972, na Argélia, ele afirmou: “A troca desigual e as piores relações econômicas são impostas pelas potências capitalistas a uma grande parte dos povos do mundo. Essas realidades impõem aos nossos povos revolucionários a necessidade e o dever de lutar juntos para acelerar o fim de tais circunstâncias desumanas [...]” (CASTRO, 1972). A questão continuou a ocupar sua mente, como evidenciado por seu discurso na conferência da UNCTAD em 2004: “Foi Raúl Prebisch o principal inspirador dessa ideia. Ele havia analisado o fenômeno da troca desigual como uma das grandes tragédias que obstruem o desenvolvimento econômico dos povos do Terceiro Mundo. Hoje, o terrível flagelo da troca desigual dificilmente é mencionado em discursos e conferências. O comércio internacional não tem

sido um instrumento para o desenvolvimento dos países pobres, que constituem a imensa maioria da humanidade” (CASTRO, 2004).

⁴ “Enquanto continuarmos exportando matérias-primas a preços aviltados e importando bens elaborados a preços continuamente valorizados, submetidos aos acordos, às fraudes, a todo este complexo cipoal de normas e regras que rege a nossa troca com o mundo exterior, submetidos a uma estrutura econômico-social decorrente desse vai e vem do processo espoliativo, dos juros, dos royalties, da exportação legal e ilegal de lucros extorsivos, dos investimentos antinacionais e dos tentáculos da exploração do colonialismo [...], nossa economia e o homem brasileiro estarão submetidos a um processo de esclerosamento, de desvitalização que o conduzirá fatalmente a uma espécie de anemia profunda que arrebatará todas as possibilidades imediatas ou futuras de crescimento, de expansão e de real prosperidade” (BRIZOLA [1961], 2004, p. 535).

⁵ Ver MANOEL; FAZZIO (2020).

⁶ Para uma revisão teórica desses mecanismos na obra de Marx, nos autores do imperialismo, da troca desigual e da teoria da dependência, ver Leite (2017) e Breda (2020).

⁷ “La distinción cualitativa entre producción y apropiación de riqueza, de riqueza capitalista (o valor), permite pensar la distinción cuantitativa entre ellas; en otras palabras, podemos pensar en este momento en la no identidad del valor producido y la del valor apropiado. Es esa diferencia la que determina el surgimiento de la categoría transferencia de valor” (CARCANHOLO, 1981, p. 23). O entendimento da transferência de valor que aqui defendemos é diametralmente oposta à interpretação desse fenômeno como trabalho potenciado, tal como aparece, por exemplo, no trabalho Borges Neto (2011).

⁸ Em nosso ponto de vista, o nivelamento internacional da taxa de lucro *como tendência* – pois é disso que se trata – não exige uma completa mobilidade do capital, e tampouco o nivelamento de todas as condições de reprodução do capital –, basta que o capital possa mover-se com relativa liberdade e as mercadorias sejam trocadas no mercado mundial (LEITE, 2017, p. 91-93). Cabe ainda destacar que a simples demonstração de taxas de lucro distintas no centro e na periferia não é suficiente para refutar tal tendência ao nivelamento, pois ela se dá justamente a partir de taxas de lucro distintas dentro do setor, entre setores e entre países, como Shaikh (2016, p. 262-272) mostra.

⁹ Não há nenhum obstáculo *teórico* para que haja um resultado líquido positivo para um país periférico (SHAIKH, 2006, p. 245), pois tudo depende das características, em termos de composição orgânica e produtividade, desses setores, assim como da conjuntura econômica mundial. Assim, do ponto de vista da exportação, não há nada que impeça períodos de saldos positivos na troca desigual para o setor exportador de alguns países dependentes, sobretudo nos casos em que a exportação se concentra em alimentos e matérias-primas, onde países como Brasil e Argentina produzem com elevada produtividade. Porém, a estrutura de importação dos países dependentes latino-americanos tem grande presença de setores de alta composição orgânica e elevada produtividade (máquinas e equipamentos, indústria química e farmacêutica, peças e partes, etc.), fato que tende a compensar as vantagens dos setores exportadores.

¹⁰ Agustín Cueva e Enrique Dussel criticaram as formulações de Marini a respeito dessa relação. Mais recentemente, Claudio Katz e Jaime Osorio reavivaram o debate.

¹¹ Para o conceito de produção estratégica e a prerrogativa de apropriação de valor pelos capitais localizados nos setores de ponta, ver Ceceña e Barreda (1995).

¹² Como afirma Marini: Tampouco devemos tomar o dito pelo não dito: a superexploração do trabalho é estimulada pela troca desigual, mas não decorre dele, mas da febre do lucro que o mercado mundial cria, e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa. Entretanto, uma vez iniciado um processo econômico baseado na superexploração, um mecanismo monstruoso é posto em marcha, cuja perversidade, longe de ser mitigada, é acentuada devido ao crescimento da produtividade da economia dependente por meio do desenvolvimento tecnológico. (MARINI, [1978] 2008, p. 174)

¹³ Para uma interpretação não marxista da importância do setor externo para os ciclos de prosperidade e crise no Brasil contemporâneo, ver Chernavsky et. al. (2020).

¹⁴ Os cálculos de troca desigual se restringem ao período 2000-2014 pois a base de dados da WIOD (release 2016), a partir da qual realizamos nossos cálculos, limita-se a esse período. O modelo de cálculo está em Ricci (2019) e os resultados são apresentados em unidades monetárias como Expressão Monetária do Valor (MEV, na sigla em inglês) construídos a partir dos setores, o que constitui uma pequena modificação da metodologia de cálculo do MEV pelos autores na chamada Nova Interpretação. Mais referências sobre tal método estão no capítulo de Pietro Aruto.

¹⁵ A exceção fica por conta do setor automobilístico e aeronáutico, que compõem a rubrica “automóveis e outros materiais de transporte”. No caso da indústria aeronáutica, trata-se de uma exceção por ser altamente complexa tecnologicamente e de controle nacional, mesmo que a participação de importações no valor agregado seja elevada; o mesmo ocorre com a indústria automotiva, mesmo que as cadeias nacionais de suprimentos tenham sido duramente afetadas durante os anos 90. Além disso, o setor automobilístico é um ramo constituído exclusivamente por empresas estrangeiras, o que tende a produzir transferências de valor ao exterior de outras formas, como veremos a seguir.

¹⁶ Em Ricci (2019), apresentam-se números para a troca desigual dos anos 1995, 2000 e 2007. O autor encontra uma transferência de US\$ -27 milhões em 1995 para o Brasil – para os anos 2000 e 2007 os dados do autor são próximos aos nossos, dado bastante significativo pois indica a existência de um lapso maior de transferências negativas via troca desigual.

Recebido em: 03 de fev. 2023
Aprovado em: 15 de maio 2023